

Apresentação

Presentación

Presentation

Dra. Thais Regina Mantovanelli¹

Dra. Stéphanie Tselouiko²

Dr. Felipe Ferreira Vander Velden³

A América Latina abriga uma das mais ricas e importantes diversidades biológicas e culturais do mundo. Seus diversos espaços vêm sendo apropriados e culturalizados por numerosas sociedades humanas há milênios, o que produziu a riquíssima diversidade de paisagens e de práticas que se pode testemunhar ontem e ainda hoje. Contudo, atualmente, com a mundialização cada vez mais aguda do sistema capitalista, as políticas desenvolvimentistas, as práticas de fomento e glorificação do agronegócio, a ocupação desordenada das últimas fronteiras, o livre comércio internacional, entre tantos fatores, essa diversidade encontra-se, mais do que nunca, em perigo. Os desequilíbrios que se instauraram entre as atividades humanas industrializadas, o meio ambiente e os modos de existência de povos indígenas e tradicionais aparecem como uma grande preocupação para diferentes atores nessas últimas décadas. Políticas ambientais nacionais e internacionais emergiram no intuito de minimizar os impactos e de gerenciar os espaços ditos “naturais”, e políticas socioculturais foram desenhadas para tentar documentar e salvaguardar práticas ditas indígenas, tribais ou tradicionais, ameaçadas pela expansão do sistema-mundo. Com o objetivo de refletir sobre as múltiplas interconexões entre naturezas e culturas, cada vez mais elaboram-se políticas socioambientais, reconhecendo que a separação entre o biológico e o social deve ser sempre abordada criticamente, e que existem vínculos sólidos entre a sociodiversidade e a biodiversidade – algo que já vem reconhecido há algum tempo (Maffi 2001), mas que ganha

¹ Pós-Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); São Carlos, São Paulo, Brasil; thaisremantovanelli@gmail.com.

² Pesquisadora do Laboratoire d'Anthropologie Sociale (LAS)/Collège de France e da Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales (EHESS); Paris, França; stephanie.tselouiko@gmail.com.

³ Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); São Carlos, São Paulo, Brasil; felipevelden@yahoo.com.br.

cada vez mais destaque nas abordagens políticas que olham simultaneamente para a “natureza” e os povos tradicionais que com ela convivem (Raffles 2002; Kawa 2016). Uma das ações vinculadas às recentes políticas ambientais geridas por setores estatais e por organizações não governamentais é a categorização de determinados espaços enquanto necessitados de proteção, o que se têm desenvolvido por meio de várias medidas legais e práticas administrativas e tecno-científicas como projetos de sustentabilidade e demarcação de territórios como – para ficar apenas nas categorias oficiais reconhecidas no Brasil – terras indígenas, unidades de conservação, territórios de remanescentes de quilombos, assentamentos rurais, reservas extrativistas e áreas destinadas à agricultura familiar, entre outras (Aubertin et Estienne 2008).

Porém, as ações políticas de gestão ambiental costumam acompanhar grandes projetos de desenvolvimento (usinas hidrelétricas, rodovias, ferrovias, gasodutos, hidrovias, portos, grandes empreendimentos hoteleiros e turísticos etc), seja como entraves ao seu desenvolvimento, seja como consequência de sua implantação, como se pode notar para o caso da região amazônica, associando-se tanto como medidas de compensação quanto como projetos alternativos de segurança alimentar para as comunidades e manutenção da biodiversidade. Tais ações nunca ocorrem sem conflitos, que surgem tanto da diferença de opiniões em relação à implantação de projetos para aceleração econômico quanto em relação aos modos locais de produção da existência, por meio de práticas específicas de manejo e organização da vida, que revelam pontos de dissonância mais profundos (Mantovaneli 2016a, b ; Tselouiko 2012, 2015, 2018a,b).

Se os conhecimentos tradicionais passaram a ser tratados na antropologia como regimes de pensamento tão complexos quanto o conhecimento moderno ocidental (dito científico) desde a publicação da obra de Lévi-Strauss, *La Pensée sauvage (O pensamento selvagem)*, em 1962 (Lévi-Strauss 1997), em termos de efetivação de direitos, eles vêm ganhando maior visibilidade desde a Cúpula dos Povos, realizada no Rio Janeiro, em 1992, especialmente com a elaboração do artigo 8º da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). Uma valorização que passou também a ser uma importante questão na arena política com a participação ativa dos movimentos indígenas, quilombolas, camponeses e de outras populações marginalizadas junto a certos grupos da sociedade civil em busca da garantia de seus direitos e respeito a seus modos de existência.

Ainda assim, essa valorização precisa ser melhor vinculada às (e abraçada pelas) políticas públicas e ações empresariais, que nem sempre estão dispostas a realizar esses diálogos em audiências públicas, respeitando protocolos de consulta e oitivas. É bastante

comum que a dificuldade de diálogo com as chamadas populações tradicionais seja elencada por tais setores estatais e empresariais como empecilhos para a realização de projetos que levem em consideração regimes de saber locais e demandas específicas. Assim, o estabelecimento de um terreno propício ao diálogo entre os conhecimentos científicos que emanam do pensamento “moderno” ocidental e os demais conhecimentos ditos “tradicionais”, tem se tornado importante questão tanto para os projetos desenvolvimentistas quanto para as populações locais (Carneiro da Cunha, 2012). Um debate que tem se realizado, por exemplo, em torno do conceito de “preservação ambiental” e quais sentidos práticos ele pode acarretar, em distintas escalas de análise (aldeã, local, regional, nacional, global).

Este dossiê destina-se, assim, a propiciar espaço para fomentar o debate sobre políticas de sustentabilidade e projetos desenvolvimentistas a partir de uma reflexão acerca dos encontros e desencontros entre todos os atores engajados nas problemáticas de questão ambiental e territorial. Mais especificamente, pretende-se abrir espaço para o lugar e a agência dos variados seres não humanos na produção e co-produção de discursos e práticas específicas de manejo e modos de existência dos diversos povos tradicionais e indígenas, levando-se em conta o fato de que esses seres, embora sejam partícipes – atores, agentes, sujeitos, em contextos *multiespecíficos* (Kirksey & Helmreich 2010), nunca, ou somente em situações muito particulares, meros objetos ou coisas – de extrema importância para os modos de vida dos povos tradicionais e indígenas, são sistematicamente ignorados pelos grandes projetos político-econômicos nacionais e internacionais, a não ser quando tratados como *recursos*, convertidos em números, enxergados meramente como quantidades a serem medidas e administradas por pilhas de papeis, gráficos e tabelas, e como valores monetários nos quais são convertidos antes mesmos de serem efetivamente explorados. Sabemos, outrossim, que o antropocentrismo é ingrediente central nas formulações modernas da natureza pensada como recurso (Proctor 1998: 212).

Estamos tão acostumados a pensar na natureza e nos seres não humanos (plantas, animais, fungos, microorganismos, partes de corpos, minerais) como recursos – a água como *recurso hídricos*, a diversidade biológica como *recurso genético*, os animais silvestres como *recursos faunísticos* a serem pesquisados e explorados tal como veios minerais (Vander Velden 2018) – que parece-nos automático e evidente que possa se colocar valor e preço nesses seres – para que possam ser explorados –, ou mesmo calcular pelos assim chamados *serviços ambientais* prestados por povos e comunidades tradicionais para que estes mesmos seres possam ser conservados ou explorados de modo consciencioso (Rezende 2019). Porque mesmo um recurso de *valor incalculável* ainda pressupõe a possibilidade de que possa ser

quantificado – na verdade, a expressão parece pressupor antes a falha da teoria econômica em valorar certas coisas do que o reconhecimento de que, em muitos e muitos contextos, as coisas não têm valor simplesmente porque não são tratadas como valores, ou quantidades, ou números. Um dos mais interessantes exemplos disso pode ser extraído da reflexão de Mario Blaser (2009) sobre a pesca entre os Yshir (Chamacoco), grupo indígena no leste do Paraguai. Blaser mostra como, para os Yshir, a ideia de que a pesca nos rios de sua região precisaria ser manejada – em atenção, note-se, à *quantidade* de peixes, ou aos *rendimentos* das pescarias – soa sem sentido aos ouvidos indígenas, posto que os peixes não procedem das águas terrestres, mas vêm com as nuvens de chuva que periodicamente irrigam o território Yshir. Pode-se quantificar, e mesmo precificar, a biomassa de pescado nos rios e lagos segundo técnicas e métodos mais ou menos precisos e consagrados; mas como quantificar o que é derramado com a chuva para além da água? Não é possível sequer dizer, cremos, que o valor dos peixes entre os Yshir é incalculável, simplesmente porque a perspectiva de contar/calcular é completamente ausente ali.

Reunindo pesquisas multidisciplinares que reflitam as transformações teórico-epistemológicas dos conceitos de natureza e cultura e alguns de seus desdobramentos, espera-se evidenciar que nenhum conhecimento se encontra ou pode se desejar desengajado do mundo (Ingold 2000; Surralés & Hierro 2005). Tal enraizamento dos saberes e práticas de conhecimento no mundo – algo para o qual o mesmo Claude Lévi-Strauss já chamara tanto nossa atenção – aponta para o fato de que “o mundo” não é um material cru a espera da humanização (por meio das práticas de conhecimento), mas uma síntese sempre dinâmica entre as materialidades e as modalidades de conhecê-las, entre alicerces ontológicos e procedimentos epistemológicos, entre a plasticidade da matéria e os meandros da atividade simbólico-semiótica humana (Kohn, 2013). Tomar a presença insistente dessa pletora de não humanos na vida social, reconhecendo as agências de todos os sujeitos, humanos e não humanos, como condutoras de inquietantes possibilidades reflexivas – especialmente no não tratamento do conceito de natureza e seus correlatos enquanto meros “recursos” – deve operar desestabilizações político-epistemológicas das fronteiras humano-animal, organismo-máquina, além de outras, contribuindo para o alargamento dos alcances teóricos e políticos da antropologia social (Houdart e Thiery 2011).

O debate inicia-se, aqui, com a maneira de pensar o território pelos biólogos, proposta por Elizeu da Cruz no artigo *Biólogos e outros entes na caatinga*. O autor realiza uma análise acerca dos modos de produção dos conhecimentos biológicos e ecológicos em contextos de campo e de laboratório, colocando as relações interespecíficas no foco da problemática,

mostrando, assim, que os biólogos, como de resto todos os ocidentais, “jamais fomos modernos”, para reutilizar a fórmula de Bruno Latour (1991). Por sua abordagem concreta e multidisciplinar, o texto apresenta contribuições teóricas e práticas, tanto para a área das ciências humanas (e, mais exatamente, da antropologia da ciência), quanto para análise dos modos de produção dos saberes ecológicos e botânicos na área da biologia e das ciências ambientais mesmas, permitindo aos peritos dessas áreas uma análise crítica dos seus engajamentos corporais, relacionais e afetivos com os espaços e as espécies estudadas. Isso permite que os saberes biológicos, nas suas práticas profissionais, transbordem com a consideração das trajetórias pessoais de pesquisadores e pesquisadoras. O artigo contribui também para a área das políticas ambientais à luz da análise da pertinência das classificações dos espaços e das espécies associadas, descrevendo os engajamentos entre uma bióloga e uma cactácea, ambas caracterizadas como “arrojadas”. Esta característica desse engajamento, que, por sua vez, decorre de outros engajamentos como o endemismo da cactácea na paisagem da caatinga, coloca-se em defesa do cosmopolitismo das relações interespecíficas contra a premissa de que endemismos sejam relações locais, antagonizadas pela assunção de que o globalismo equivale a uma escala superior ou mais ampla do que o pretensão localismo atrelado à noção de endemismo de espécies vegetais (e também animais e outras criaturas, por suposto).

O dossiê prossegue com uma reflexão junto às palavras do xamã yanomami Davi Kopenawa contidas na já famosa obra *A queda do céu*, co-escrita com o antropólogo Bruce Albert. O artigo de Pedro Paulo Vaz busca comparar o texto xamânico com outros textos, de autores ocidentais, que tratam da questão do fim do mundo e da catástrofe ambiental, para destacar as diferenças e a semelhanças entre esses dois modos de se relacionar com o mundo e enfrentar os desafios que estão postos diante de todos em função da irrupção de Gaia (Danowski & Viveiros de Castro 2014). O problema do entropismo como característica da irrupção da era antropocêntrica é discutida pelo autor como uma questão que percorre os argumentos do artigo. Apontando uma reflexão sobre composições narrativas, ou como podemos nos tornar capazes de fazer proliferar outras narrativas, como sugere, em várias passagens, a filósofa da ciência Isabelle Stengers, o artigo destaca a possibilidade do fim do mundo, presente na narrativa xamânica, como um problema cosmopolítico, ou seja, dependente da ação de seres humanos e não humanos, mais precisamente dos efeitos destruidores das ações humanas sobre seres mais-que-humanos da floresta que agem na manutenção do mundo, evitando a queda do céu. A conservação da vida depende dessas relações de interconexão entre floresta, xamãs, espíritos, mundo, indígenas e não indígenas.

Nesse sentido, o artigo discute como as filosofias ocidentais, incluindo os conhecimentos científicos, podem ser contaminadas por essas teorias multiespécie de modo a incentivar sua proliferação e inspirar preocupações sobre as condições atuais na vida nesse planeta, do qual é mister cuidar para que afinal não seja total e completamente quantificado e valorado – e, por conseguinte, explorado até a exaustão.

Por fim, fecha o dossiê o texto de Leandro Lente de Andrade, *Reflexões acerca do processo histórico-filosófico de ruptura entre Homem e Natureza*, que, em certo sentido, investiga as raízes históricas e teórico-filosóficas do problema ao qual está dedicado este dossiê, a saber, a oposição entre humano (cultura) e natureza e a consequente objetivação desta última, na forma (ocidental) do recurso a ser apropriado e explorado (até a exaustão). Tornar a ciência e sua produção de conhecimentos como instrumentos epistemológicos e políticos mobilizados na defesa pela vida é a questão tratada pelo autor do artigo. A partir de uma discussão essencialmente bibliográfica, o texto apresenta argumentos para a necessária e urgente reposição da ciência como conhecimento vinculado ao engajamento político-ontológico, abandonando uma posição de “torre de marfim”, e atentando para os efeitos de suas premissas e seu papel com o advento do Antropoceno. Lente de Andrade apresenta uma síntese da problemática ambiental a partir da ideia de “ruptura” entre a natureza e o homem (ou humano) atravessando três dimensões do pensamento – a religião, a ciência e a economia (capital) –, tomando, para a discussão, alguns pensadores emblemáticos em cada uma das dimensões, e enfatizando a importância de se incluir outras formas de pensar o ambiente e consequentemente, outros modos de resistência à crise socioambiental. Esses modos apontam para a necessidade, se quisermos mesmo salvar o planeta, de se superar o modo capitalista de produção – grande causador, afinal, da conversão da natureza e dos seres não humanos em recursos, ao afastar os homens entre eles e, em consequência, estes dos demais seres da criação.

Marylin Strathern (2014) afirma que o conceito de relação foi e é o que permitiu à antropologia atravessar escalas e deslocar perspectivas, procedimento necessário para a produção de teorias etnográficas. Os textos presentes neste dossiê, cada um a seu modo, operam justamente esse procedimento: o atravessamento de escalas para composição de teorias etnográficas. Eles mostram que a vida, conceito-verbo multiespécie, se apresenta sempre como uma técnica de relação. Relação entre seres vivos e não-vivos, entre diferentes modos de saber e conhecimento, entre produções científicas e práticas locais e tradicionais. O que esse dossiê tematiza são engajamentos reais, situados, para usar uma expressão de Dona Haraway (1995). Engajamentos que estão posicionados em defesa da vida e das interconexões

da qual ela depende, contra os efeitos nefastos e as consequências arrasadoras de projetos desenvolvimentistas irresponsáveis, defendidos por uma tecnologia de cálculo que justifica suas ações pela supremacia da soberania econômica, tomada como paisagem natural do mundo. Esse argumento de justificativa econômica atribui os efeitos nefastos dos projetos desenvolvimentistas como “mal necessário” (Morawska Vianna, 2014), deslocando seus impactos sociais e ambientais ao estatuto de menor importância, em comparação às supostas vantagens econômica oferecida por eles – o “desenvolvimento” que, propaga-se, atingirá igualmente a todos e à todas. Os textos presentes neste dossiê concordam com a necessária chamada de atenção aos efeitos nefastos desses projetos de desenvolvimento em tempos do Antropoceno, como argumenta Anna Tsing (2019). Um tempo marcado pelo espalhamento de infraestruturas industriais e imperiais cujos perigos não projetados disparam, de modo que seus efeitos atingem uma escala planetária. A natureza – ou as naturezas – e as multidões humanas e não humanas que com ela(s) convive(m), não estão neste mundo – ou mundos – para serem prospectadas, pesquisadas, invadidas, cercadas, apropriadas, exploradas e esgotadas. Elas não são meros recursos, ou não podem sê-lo, nunca completamente.

Referências bibliográficas

- Aubertin, Catherine e Rodary, Estienne (Eds). 2008. *Aires protégées: espaces durables?* Marseille: IRD.
- Blaser, Mario. 2009. The Threat of the Yrmo: The Political Ontology of a Sustainable Hunting Program. *American Anthropologist*, v. 111, n. 1, pp. 10–20.
- Carneiro da Cunha, Manuela. 2012. *Savoirs autochtones: quelle nature, quels apports?* Paris: Collège de France/Fayard, coll. «Leçons inaugurales du Collège de France», n.227.
- Danowski, Déborah & Viveiros de Castro, Eduardo. 2014. *Há mundo por vir: ensaio sobre os medos e os fins*. São Paulo: ISA.
- Haraway, Donna. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, v. 1.
- Houdart, Sophie & Thiery, Olivier (orgs). 2011. *Humains, non-humains. Comment repeupler les sciences sociales*. Paris: La Découverte, 368p.
- Ingold, Tim. 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 480 p.

- Latour, Bruno. 1991. *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 207 p.
- Lévi-Strauss, Claude. 1997 [1962]. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus.
- Mantovanelli, Thais. 2016a. Os Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá e os Estudos Complementares do Rio Bacajá: reflexões sobre a elaboração de um laudo de impacto ambiental. *Horizontes Antropológicos*, 46, pp. 159-188.
- Mantovanelli, Thais. 2017. Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Uma crítica indígena à política dos brancos. Tese de doutorado. PPGAS da UFSCar.
- Nadasdy, Paul. 2003. *Hunters and bureaucrats: power, knowledge and aboriginal-state relations in the southwest Yukon*. Vancouver: UBC Press.
- Maffi, Luisa (ed.). 2001. *On Biological Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- Kawa, Nicholas. 2016. *Amazonia in the Anthropocene: peoples, soils, plants, forests*. Austin: University of Texas Press.
- Kohn, Eduardo. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Berkeley: University of California Press, 2013. 288p.
- Kopenawa, Davi & Albert, Bruce. 2013. *The falling skies: words of a Yanomami shaman*. Cambridge: Belknap Press.
- Kirksey, S. Eben & Helmreich, Stefan. 2010. The emergence of Multispecies Ethnography. *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 4, p. 545-576.
- Proctor, James. 1998. The spotted owl and the contested moral landscape of the Pacific Northwest. In: Jennifer Wolch & Jody Emel (eds.), *Animal geographies: place, politics, and identity in the nature-culture borderlands*. Londres: Verso, pp. 191-217.
- Raffles, Hugh. 2002. *In Amazonia – a natural history*. Princeton : Princeton University Press.
- Rezende, Roberto. 2019. Povos tradicionais e serviços socioambientais: dilemas do reconhecimento e valoração das contribuições à conservação. Palestra proferida no seminário *Quartas Indomáveis*, São Carlos, PPGAS/UFSCar, junho de 2019.
- Selmi, Adel & Hirtzel, Vincent (eds.). 2007. Gouverner la nature. *Cahier d'anthropologie Sociale*, n. 3.
- Strathern, Marylin. 2014. A Realção: acerca da complexidade da escala. In: _____. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 263-294.
- Surralés, Alexandre & Hierro, Pedro Garcia (eds). 2005. *The land within: indigenous territory and the perception of environment*. Copenhagen: IWGIA.
- Tselouiko, Stéphanie. 2012. No Caminho das Roças. Filme etnográfico, 52 min.

- Tselouiko, Stéphanie. 2015. Da mata ao mapa. Os Xikrin no encontro dos caminhos. V *Reunião Equatorial de Antropologia*. Maceió: Alagoas.
- Tselouiko, Stéphanie. 2018a. *Entre ciel et terre. Socio-spatialité des Mebêngôkre-Xikrun. Terre Indigène Trincjeira Cacajá (TITB, Pará, Brésil)*. Tese de doutorado da Université Paris Sciences et Lettres. Ecole Doctorale de l'EHESS.
- Tselouiko, Stéphanie. 2018b. O mundo dos projetos socioambientais visto pelas mulheres indígenas. Para repensar o ecofeminismo com o caso dos Mëbêngôkre -Xikrtin da Terra Indígena Trincjeira Bacajá (TITB, Pará, Brasil). *Campos* v.19 n.1, pp. 87-112.
- Tsing, Anna. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas.
- Vander Velden, Felipe. 2018. *Joias da floresta: antropologia do tráfico de animais*. São Carlos: Editora da UFSCar/FAPESP.
- Vianna, Catarina Morawska. 2014. A Trilha de Papéis da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: tecnologias de cálculo e a obliteração da perspectiva dos povos impactados. *Revista Antropológicas*, v. 25, n. 2, pp. 22-40.